cyan magenta amarelo preto

JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112 Dados: 2023.05.06 07:35:12 -03'00'

Diário do Acionista

ANO VII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Sábado, domingo e segunda-feira, 6, 7 e 8 de maio de 2023 • Nº 1554 • R$ 1,00
www.diariodoacionista.com.br

STF

Moraes barra visita de Flávio Bolsonaro ao aliado Torres

O ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), autorizou 38 senadores a visitarem o ex-secretário de Segurança do Distrito Federal Anderson Torres, mas barrou a ida de Flávio Bolsonaro (PL-RJ) e Marcos do Val (Podemos-ES) porque "condutas" dos dois parlamentares são alvo de investigação em inquéritos que tramitam na corte. "Indefiro, por sua vez, a visita dos senadores Marcos do Val e Flávio Bolsonaro, tendo em vista a conexão dos fatos apurados no presente Inquérito com investigações das quais ambos fazem parte", afirmou Moraes. Ex-ministro da Justiça no governo Jair Bolsonaro, Torres é alvo de investigação por suposta omissão frente às ameaças de ataques golpistas em janeiro. Na ocasião, ele era secretário de Segurança do Distrito Federal. O ex-ministro está preso há três meses por determinação de Moraes. A defesa tentou, sem sucesso, liberdade para Torres. PÁGINA 5

MP-RJ

Carlos recebeu R$ 91 mil em depósitos de origem incerta

A conta bancária do vereador Carlos Bolsonaro (Republicanos-RJ) recebeu, de 2005 a 2021, R$ 129,5 mil em depósitos em espécie, sendo a maior parte (R$ 91 mil) sem origem identificada, aponta laudo do Ministério Público do Rio de Janeiro. Um dos créditos sem identificação do depositante, de R$ 10 mil, foi feito uma semana antes do filho do ex-presidente Jair Bolsonaro adquirir um imóvel em Copacabana, zona sul do Rio de Janeiro. As informações constam do laudo feito pelo Laboratório de Tecnologia de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro do Ministério Público no âmbito da investigação sobre "rachadinha" no gabinete de Carlos na Câmara Municipal. O advogado do vereador, Antônio Carlos Fonseca, afirmou que não iria se manifestar sobre o caso em razão do sigilo da investigação. A investigação contra Carlos, ainda não concluída, foi aberta após a Folha revelar em 2019 a existência de uma "funcionária fantasma" no gabinete do vereador. PÁGINA 6

BALANÇO

Eletrobras registra lucro de R$ 406 milhões no 1º trimestre

A Eletrobras registrou lucro líquido de R$ 406 milhões no primeiro trimestre de 2023, segundo resultado divulgado na noite de quinta-feira passada.A receita líquida atingiu R$ 9,2 bilhões e o Ebitda (Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização), de R$ 4,9 bilhões, aumentos de 13% e 44%, respectivamente, em relação ao primeiro trimestre de 2022. Segundo a companhia, o resultado foi impactado por eventos decorrentes da capitalização. O principal foram os encargos e a atualização monetária das contribuições à CDE (Conta de Desenvolvimento Energético) e fundos previstas nos novos contratos de concessão de 30 anos. Ainda segundo o balanço, os destaques do período foram os avanços na reestruturação da companhia. PÁGINA 3

GABRIELA BILÓ/FOLHAPRESS

Lula recorre ao STF para ampliar poder da União na Eletrobras

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) (**foto**) pediu nesta sexta-feira ao STF (Supremo Tribunal Federal) que declare inconstitucional parte da lei de desestatização da Eletrobras para que a União tenha voto proporcional à sua participação societária na empresa. A solicitação, feita por meio da AGU (Advocacia-Geral da União), tenta derrubar o trecho da lei que proíbe que acionista ou grupo de acionistas exerçam votos em número superior a 10% da quantidade de ações em que se dividir o capital votante da companhia -entendimento que valeria apenas para acionistas com essa posição antes da privatização. A Eletrobras foi privatizada em 2022, na gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). PÁGINA 2

APÓS 3 ANOS

Pandemia: OMS declara fim da emergência em saúde por Covid

/ABRASIL

Após mais de três anos, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou nesta sexta-feira que a Covid-19 não configura mais emergência em saúde pública de importância internacional. De acordo com a entidade, o vírus se classifica agora como "problema de saúde estabelecido e contínuo". Desde março de 2020, o Comitê de Emergência do Regulamento Sanitário da OMS se reunia periodicamente para analisar o cenário global provocado pela doença. "Ontem, o comitê de emergência contra a covid-19 se reuniu pela 15ª vez e recomendou a mim que declarasse o fim da emergência", anunciou o diretor-geral da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus (**foto**). PÁGINA 6

SÃO PAULO

Tarcísio prioriza PMs e abre crise com Polícia Civil

A proposta de reajuste salarial anunciada pelo governo Tarcísio de Freitas (Republicanos) para integrantes das forças paulistas abriu uma crise sem precedentes com policiais civis, que afirmam estar indignados em receber um aumento inferior ao previsto para os PMs. Representantes de classes já organizam manifestações para esta terça-feira na Alesp (Assembleia Legislativa de São Paulo) e não descartam movimentos de paralisação caso o projeto não seja alterado. Conforme a proposta anunciada na última terça-feira, o maior percentual para delegados, por exemplo, é de 20,7%, para aqueles em início de carreira (3ª classe). Já para os oficiais da PM, o aumento chega a 29%, caso de capitães e 1º tenentes. PÁGINA 3

INDICADORES

IBOVESPA: 2,91% / 105.148,48 / 2.974,14 / Volume: R$ 28.182.807.109 / Negócios: 4.396.476

Maiores Altas

	Preço	%	Oscil.
BRASKEM PNA N1	23.76	+23.62	+4.54
PETZ ON ED NM	6.89	+15.99	+0.95
GRUPO SOMA ON ED NM	9.210	+11.23	+0.930
ALPARGATAS PN N1	8.60	+11.98	+0.92
LOJAS RENNERON NM	16.90	+9.31	+1.44

Maiores Baixas

	Preço	%	Oscil.
ASSAI ON ED NM	10.500	–8.54	–0.980
EMBRAER ON NM	16.50	–2.48	–0.42
CEMIG PN ED N1	11.87	–2.38	–0.29
CARREFOUR BRON NM	8.82	–2.00	–0.18
TIM ON EJ NM	13.80	–1.57	–0.22

Mais Negociadas

	Preço	%	Oscil.
PETROBRAS PN EDR N2	24.00	+4.26	+0.98
VALE ON NM	69.04	+3.26	+2.18
BRADESCO PN EJ N1	14.77	+4.98	+0.70
ITAUUNIBANCOPN EJ N1	25.99	+3.71	+0.93
B3 ON NM	12.49	+5.58	+0.66

Bolsas no mundo

	Fechamento	%
Dow Jones	33.674,38	+1,65
NASDAQ Composite	12.235,412	+2,25
Euro STOXX 50	4.339,88	+1,24
FTSE 100	7.778,38	+0,98
DAX 30	15.961,02	+1,44
Ftse Mib	27.348,57	+2,54

Salário mínimo	R$ 1.302,00
Ufir	R$ 4,3329
Taxa Selic (03/05)	13,75%
Poupança 3 (06/5)	0,72%
TR (prefixada) (05/2023)	0,2423%
IGP-M	-0,95% (abr.)
IPCA 5	0,55% (abr.)
CDI 0,20	até o dia 5/mai.
OURO BM&F/grama	R$ 314,00
EURO Comercial Compra: 5,4457	Venda: 5,4463
EURO turismo Compra: 5,4929	Venda: 5,6729
DÓLAR Ptax - BC Compra: 4,9690	Venda: 4,9696
DÓLAR comercial Compra: 4,9425	Venda: 4,9431
DÓLAR turismo Compra: 4,9507	Venda: 5,1307

Economia

RS 56 BI

Ministro anuncia investimentos em transmissão de energia

LUCIANO NASCIMENTO/ABRASIL

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, anunciou nesta sexta-feira que o país receberá até o próximo ano investimentos de R$ 56 bilhões para a transmissão de energia elétrica. O comunicado foi feito durante o encontro sobre energias renováveis do Consórcio dos Governadores do Nordeste. Os investimentos na expansão das linhas de transmissão serão feitos a partir de novos contratos de concessão, com leilões realizados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

A ampliação das linhas de transmissão faz parte do Plano Nacional de Investimento em Transmissão de Energia e é uma pauta prioritária para os governadores do Nordeste. Os empreendimentos serão usados para escoar a geração de energia renovável, especialmente as de energia eólica e solar, dos estados da região.

“Os leiloes, tão fundamentais e imprescindíveis para que isso aconteça, vão acontecer e trarão mais de R$ 56 bilhões de investimentos para a transmissão de energia no Nordeste. Neste primeiro semestre, serão leiloados R$ 16 bilhões, e mais R$ 20 bilhões até o final de 2023, e outros R$ 20 bilhões já estão programados para o ano que vem”, disse.

Marcado para 30 de junho, o primeiro leilão de transmissão oferecerá nove lotes nos estados da Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo e Sergipe, envolvendo um total de 6.184 km de novas linhas de transmissão. O segundo certame está previsto para outubro e vai oferecer três lotes.

O ministro disse que o plano vai ajudar também na ampliação da geração renovável de energia no Nordeste, que deve contribuir para o desenvolvimento da região.

“Estamos focados integralmente nessa tarefa, trabalhamos para viabilizar a instalação desse potencial incrível de 30 gigawatts de geração renovável e isso deverá destravar mais de R$ 120 bilhões de investimentos privados na área de geração renovável. É inegável a vocação dessa região para a transição energética e o protagonismo do Nordeste será garantido com ações concretas”, afirmou Silveira.

"Vamos transformar o Nordeste em um celeiro de energia limpa e renovável do Brasil. Isso vai destravar o potencial de industrialização da região com energia limpa e barata e todo esse avanço manterá o foco e atenção no desenvolvimento social, econômico e ambiental do Nordeste”, completou.

O ministro disse ainda que a ampliação das linhas de transmissão de energia vai contribuir para maior segurança energética e também para a modicidade tarifária.

“Os investimentos em transmissão vão possibilitar o ingresso de energia renovável no nosso sistema nacional e diminuir os custos para os nossos consumidores. Vamos avançar na pauta da transição energética, todos conhecemos as nossas potencialidades, vamos potencializar novas usinas renováveis, com tarifa justa, segurança energética, responsabilidade ambiental e geração de emprego decente e renda”, disse.

ENERGIA

Lula vai ao STF para ampliar poder da União na Eletrobras

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) pediu nesta sexta-feira ao STF (Supremo Tribunal Federal) que declare inconstitucional parte da lei de desestatização da Eletrobras para que a União tenha voto proporcional à sua participação societária na empresa.

A solicitação, feita por meio da AGU (Advocacia-Geral da União), tenta derrubar o trecho da lei que proíbe que acionista ou grupo de acionistas exerçam votos em número superior a 10% da quantidade de ações em que se dividir o capital votante da companhia -entendimento que valeria apenas para acionistas com essa posição antes da privatização.

A Eletrobras foi privatizada em 2022, na gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

A iniciativa da AGU ainda não foi distribuída a um ministro relator no Supremo.

O órgão, porém, pede que a ação fique sob responsabilidade de Kassio Nunes Marques, ministro indicado por Bolsonaro, por ter relação com outros dois processos que ele relata que questionam a privatização da empresa, apresentados pelo PT e pelo Podemos.

A ação da AGU afirma que a União manteve 43% das ações ordinárias da companhia, considerando o controle direto e outras formas de participação, mas teve o seu poder de voto reduzido a menos de 10% do capital votante após a lei.

"A regra veio apenas a malferir os direitos políticos da União em favor dos demais acionistas minoritários da companhia", diz o pedido encaminhado ao Supremo.

Na peça jurídica assinada por Lula, a AGU diz que o assunto é sensível e que "é preciso deixar bem claro" que o governo não pretende estatizar novamente a Eletrobras.

"Também não se quer rediscutir os encargos incluídos durante os processos de desestatização que importam em ônus adicional para que, seja por parte da União, seja por parte de outros acionistas, se tente a chamada aquisição hostil do controle da empresa", diz o pedido.

"O ajuizamento da presente ação, portanto, em nada altera a atual condição da empresa, de pessoa jurídica de direito privado não integrante da administração pública federal, prestadora de serviço público essencial", prossegue a AGU.

"Ela, bem por isso, não passaria a condição de empresa pública de economia mista, mas, sim, continuará a ser uma empresa sob gestão privada, na condição de desestatizada, mas, até aqui, com forte aporte de recursos públicos."

Em nota, o advogado-geral da União, Jorge Messias, afirma que "a União tem responsabilidade pela gestão do sistema elétrico brasileiro" ao justificar a ação.

"Qualquer crise que atinja a empresa não pode deixar de ser resolvida senão no sentido da preservação de sua atividade, que significa, em última instância, a própria continuidade da economia nacional", diz Messias.

Segundo a AGU, a empresa está sob o controle de fato de acionistas minoritários, não há nenhum representante da União na composição do conselho de administração da empresa e a solicitação de troca foi recusada pela gestão atual.

O órgão diz ainda que, embora os dispositivos questionados da lei tenham o objetivo de evitar o controle da empresa a um grupo descompromissado com interesses sociais, "observou-se que, na prática, a interpretação dada pela Eletrobras à regra somente acarretou ônus desproporcional e injustificável para a União, com comprometimento de direitos políticos e econômicos do Estado".

"Sob o ponto de vista jurídico, entende-se que houve imposição de ônus ilegítimo à União (e a seu grupo) e ao interesse social em benefício de outros acionistas privados da empresa", argumenta a AGU.

Na tarde desta sexta, o presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Junior, defendeu que o processo de privatização da empresa é um "instrumento jurídico perfeito" e que eventuais trocas no comando da companhia devem seguir leis que regem companhias com ações negociadas em bolsa.

ADNOC

Estatal árabe faz oferta de R$ 37,5 bilhões pelo controle da Braskem

A estatal Adnoc, controlada pelo governo de Abu Dhabi, nos Emirados Árabes Unidos, prepara uma oferta de compra do controle da Braskem, petroquímica da Novonor (ex-Odebrecht) por até R$ 37,5 bilhões.

A operação será feita em parceria com o fundo americano Apollo e apresentada a representantes dos principais bancos credores da empresa — Santander, Banco do Brasil, BNDES, Bradesco e Safra— nesta sexta-feira.

Na conversa, ficou definido que a empresa exercerá o controle e, para isso, quer pagar prêmio de 135% sobre o valor das ações —isso resultaria em R$ 47 por ação.

Os bancos receberiam parte da dívida de R$ 14 bilhões em dinheiro e a diferença seria convertida em dívida com a nova companhia.

O preço de R$ 47 por ação será estendido a todos os acionistas da companhia hoje, inclusive fundos de investimento com participação minoritária.

Faz parte da proposta da Adnoc assumir o problema causado pela Braskem em Alagoas, onde ocorreu o afundamento do solo em Maceió —algo associado à extração de sal-gema pela empresa em uma mina que está desativada.

HOMENS/MULHERES

Câmara aprova a igualdade salarial

A Câmara dos Deputados aprovou o projeto de lei que torna obrigatória a igualdade salarial entre homens e mulheres quando exercerem atividades de igual valor ou mesma função.

O empregador que descumprir a lei terá de pagar multa equivalente a dez vezes o valor do novo salário devido. Em caso de reincidência, será aplicada a multa em dobro. Mesmo com pagamento da multa, a pessoa discriminada pode ingressar com pedido de indenização por danos morais.

A proposta foi enviada pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em março e a Câmara dos Deputados aprovou na quinta-feira passada o substitutivo apresentado pela relatora, deputada Jack Rocha (PT-ES). Foram 325 votos a favor e 36 contra, após acordo entre os líderes partidários. O texto segue agora para votação no Senado.

No Brasil, uma mulher ganha, em média, 78% dos rendimentos de um homem, apontam dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No caso de mulheres pretas ou pardas, o percentual cai para menos da metade dos salários dos homens brancos (46%).

Uma das mudanças na proposta é que a empresa fica dispensada da exigência de igualdade salarial quando adotar, por meio de negociação coletiva, plano de cargos e salários, regra que não está prevista atualmente na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

De acordo com o projeto, as empresas deverão apresentar relatórios para que fiscais possam comparar os valores pagos a homens e mulheres.

Outras medidas previstas são a disponibilização de canais específicos para denúncias; promoção e implementação de programas de diversidade e inclusão no ambiente de trabalho por meio da capacitação de gestores, lideranças e empregados(as) sobre a temática da equidade entre homens e mulheres no mercado de trabalho, com aferição de resultados; e fomento à capacitação e formação de mulheres para ingresso, permanência e ascensão no mercado de trabalho em igualdade de condições com os homens.

Apesar de aprovado, o texto não é consenso entre os deputados. Os favoráveis argumentam que a equiparação salarial propicia a emancipação das mulheres no mercado de trabalho. Os contrários alegam que há uma série de responsabilizações para as empresas, o que pode inibir a contratação de mulheres.

MEIO AMBIENTE

Reino Unido promete liberar R$ 500 milhões para o Fundo Amazônia

O premiê do Reino Unido, Rishi Sunak, comprometeu-se com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) a contribuir com o Fundo Amazônia, um mecanismo de recompensa por preservação ambiental.

Segundo a assessoria do governo brasileiro, o montante mencionado por Sunak gira em torno de £ 80 milhões (R$ 500 milhões).

Recentemente, os EUA afirmaram que pagarão US$ 500 milhões (R$ 2,5 bi) ao Brasil, nos próximos cinco anos, dentro do mesmo programa.

A fala de Sunak ocorreu em uma reunião entre os líderes brasileiro e britânico em Downing Street, sede do governo britânico, na capital Londres, na tarde desta sexta-feira. Um assessor da Presidência afirmou que, na conversa, Sunak disse que a contribuição seria uma espécie de reconhecimento "ao trabalho e à liderança" de Lula.

A reunião durou 50 minutos e, além da agenda ambiental, Sunak falou em aumentar o comércio entre os dois países e em recolocar o Brasil no debate internacional, após o apagão diplomático promovido pelo governo de Jair Bolsonaro (PL). Outro assunto programado era a Guerra da Ucrânia. Antes da chegada do brasileiro, algumas dezenas de manifestantes pró e contra o presidente gritavam uns contra os outros na entrada da rua. "Lula ladrão, seu lugar é na prisão" se alternavam com "olê, olê, olá, Lula, Lula", "cala a boca" e outros gritos.

ABRIL

Cesta básica sobe em 14 capitais brasileiras

No mês de abril, o custo da cesta básica aumentou em 14 das 17 capitais brasileiras que são analisadas na Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos, divulgada mensalmente pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). Segundo a pesquisa, a cesta só não subiu em Natal, onde o preço médio apresentou queda de 1,48% em relação a março, em Salvador (-0,91%) e Belém (-0,57%). Por outro lado, as maiores altas foram observadas em Porto Alegre, onde houve elevação de 5,02% no custo mensal da cesta, em Florianópolis (3,65%), em Goiânia (3,53%), em Brasília (3,43%) e em Fortaleza (3,38%).

Em abril, a cesta básica mais cara do país continua sendo a de São Paulo, o que vem acontecendo pelo menos desde o início deste ano. No mês passado, o conjunto dos alimentos básicos na capital paulista custava em torno de R$ 794,68. Em seguida estavam as cestas de Porto Alegre (R$ 783,55), Florianópolis (R$ 769,35) e do Rio de Janeiro (R$ 750,77). Nas cidades do Norte e do Nordeste, onde a composição da cesta é diferente, os menores valores médios foram registrados em Aracaju (R$ 553,89), Recife (R$ 582,26), João Pessoa (R$ 585,42) e Salvador (R$ 585,99).

Com base no valor da cesta mais cara, que no mês de abril foi novamente a de São Paulo, o Dieese calculou qual seria o salário-mínimo ideal no país para cobrir as despesas com alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência. Segundo a entidade, o salário-mínimo deveria ter sido de R$ 6.676,11 em abril, ou 5,13 vezes superior ao que o mínimo valia no mês passado (R$ 1.302,00).

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tels.: (21) 3556-3030 / 96865-1628-Claro
99539-3634-Vivo

São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
redacaodiariodoacionista@gmail.com
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Folhapress e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE

Manhã Tarde Noite 29º 19º 5% 06:29 17:39

OUTONO: Nevoeiro ao amanhecer. As nuvens aumentam à tarde e a noite.

Balanço

Eletrobras tem lucro de R$ 406 mi no 1º trimestre

A Eletrobras registrou lucro líquido de R$ 406 milhões no primeiro trimestre de 2023, segundo resultado divulgado na noite de quinta-feira passada.

A receita líquida atingiu R$ 9,2 bilhões e o Ebitda (Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização), de R$ 4,9 bilhões, aumentos de 13% e 44%, respectivamente, em relação ao primeiro trimestre de 2022.

Segundo a companhia, o resultado foi impactado por eventos decorrentes da capitalização. O principal foram os encargos e a atualização monetária das contribuições à CDE (Conta de Desenvolvimento Energético) e fundos previstas nos novos contratos de concessão de 30 anos.

Ainda segundo o balanço, os destaques do período foram os avanços na reestruturação da companhia.

Devido a um plano de demissão voluntária, a Eletrobras registrou economia de R$ 121,5 milhões no trimestre. Foram demitidas 435 pessoas entre janeiro e março, do total de 2.494 profissionais inscritos.

O balanço informa também que houve a nomeação de executivos de mercado para 11 vice-presidências, que devem trabalhar em questões como comercialização, inovação, gestão e cultura.

Os investimentos realizados cresceram 191% em comparação ao primeiro trimestre de 2022, chegando a R$ 1 bilhão. A área de transmissão de energia teve um aumento de investimento de 97% em relação ao primeiro trimestre do ano passado, totalizando R$ 472 milhões. A geração de energia recebeu R$ 460 milhões em investimentos no período.

"A Eletrobras está passando por uma grande reestruturação após a sua capitalização, e a ampliação dos investimentos reforça a capacidade de criação de valor desta companhia mais moderna e competitiva, mantendo sua disciplina financeira e o foco em resultados para os nossos stakeholders", disse o presidente da companhia, Wilson Ferreira Junior.

A companhia reduziu as provisões operacionais de R$ 1,9 bilhão para menos de R$ 600 milhões, uma variação de cerca de 70%. No tema dos empréstimos compulsórios, a diminuição, decorrente de acordos judiciais, foi de R$ 120 milhões do estoque da provisão.

Foi realizada a aquisição de 22,9% de participação societária na Santo Antônio Energia (Saesa), totalizando 95,2%. A consolidação da receita de geração da Saesa representou acréscimo de receita de R$ 1.149 milhões. Também foi realizado o descruzamento de participação com a Cemig para deter 98% da UHE Retiro Baixo e 100% da UHE Baguari Energia S.A.

Governo propõe que Receita deixe de punir contribuinte 'bom pagador'

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) encaminhou ao Congresso Nacional um projeto de lei que autoriza a Receita Federal a deixar de punir contribuintes que tenham uma espécie de selo de bom pagador de tributos, caso eles deixem de cumprir momentaneamente alguma obrigação junto ao Fisco.

A iniciativa cria a chamada "classificação de conformidade", baseada em critérios como regularidade do cadastro e do recolhimento dos tributos, exatidão das informações prestadas, entre outros itens definidos pela Receita Federal.

A classificação será adotada no âmbito do Programa Confia, que está em fase de implementação e deve começar a operar no segundo semestre deste ano. Quanto melhor for a nota e a reputação das empresas, mais benefícios elas terão. Um dos incentivos é a possibilidade de autorregularização, isto é, o contribuinte reconhecer que não pagou algum tributo devido e efetuar o recolhimento sem ser punido.

O projeto diz que a Receita pode "deixar de aplicar eventual penalidade administrativa" nestes casos. Hoje, a multa de ofício aplicada pelo órgão em caso de não pagamento de algum tributo é de 75% do valor do crédito. O percentual é dobrado em caso de fraude.

O texto traz os princípios de funcionamento da classificação dos contribuintes, que poderá ser aplicada a diversos programas de conformidade -incluindo algum eventualmente voltado a varejistas chinesas como a Shein, que estiveram no centro da recente polêmica em torno da tributação das remessas ao Brasil. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse em abril que essas companhias devem aderir a um "código de conformidade" da Receita Federal.

A proposta foi incluída no texto que busca substituir a MP (medida provisória) que retoma o voto de desempate no Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais). O tribunal julga disputas bilionárias entre empresas e a União em torno do pagamento de tributos. A mensagem presidencial que registra o envio do projeto de lei foi publicada nesta sexta-feira no Diário Oficial da União.

A MP era um dos principais itens do pacote de ajuste fiscal apresentado por Haddad em janeiro. No entanto, o texto passou a enfrentar resistências de grandes empresas e do Congresso Nacional. Sua tramitação também acabou sendo afetada pela queda de braço em torno do rito de tramitação das medidas provisórias.

Por isso, o governo substituiu a MP do Carf (que tinha vigência imediata, mas precisava ser validada até 1º de junho) por um projeto de lei, que demanda menor urgência para a discussão e só passa a valer após a votação no Congresso. A troca ocorreu a pedido do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), que, por sua vez, se comprometeu a votar a proposta em um prazo de duas semanas.

Ao enviar o projeto de lei, o governo aproveitou para incluir o trecho que detalha a classificação de conformidade e a possibilidade de criar programas específicos, focados em incentivar empresas ou setores a manter relação menos litigiosa com a Receita.

O programa federal é inspirado no "Nos Conformes", criado pelo estado de São Paulo em 2018, ainda na gestão de Geraldo Alckmin -hoje vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

A conformidade cooperativa entre empresas e Fisco existe países desenvolvidos como Estados Unidos, França e Portugal, e sua adoção vem sendo recomendada pela OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) desde 2013.

Além da não aplicação de punições, o projeto prevê que os programas de conformidade poderão oferecer aos contribuintes orientação sobre o recolhimento de tributos e procedimentos aduaneiros, prioridade na análise de processos administrativos (inclusive quando há pedido de restituição ou ressarcimento de valores) e atendimento preferencial na prestação de serviços.

Para afastar a aplicação das punições, a proposta exige que o contribuinte apresente de forma voluntária "atos ou negócios jurídicos relevantes para fins tributários" antes do início do procedimento fiscal. Outra exigência é o atendimento dentro dos prazos às requisições de informações realizadas pela Receita.

Aeroportos

Contrariando ministro, Anac aceita precatório em pagamento de concessão

Contrariando orientação do ministro de Porto e Aeroportos, Márcio França (PSB-SP), a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) aceitou R$ 18 milhões em precatórios como parte do pagamento de R$ 125 milhões em outorgas do consórcio Novo Norte, que arrematararam os aeroportos de Belém (PA) e Macapá (AP) no ano passado.

Com a decisão, o contrato de concessão entrou em vigor nesta sexta-feira.

Precatórios são títulos de dívida da União com sentenças judiciais definitivas.

Esse é o primeiro caso em que a agência aceita a utilização de precatórios na concessão de aeroportos, e o primeiro no setor de infraestrutura em que há a concordância do governo, sem a necessidade de qualquer intervenção da Justiça.

Até então, as concessionárias só haviam conseguido utilizar por meio da obtenção de liminares judiciais, como a Rumo no setor de ferrovias.

A concessionária Aena, que venceu o bloco liderado por Congonhas, em São Paulo, ainda aguarda decisão da Anac sobre os precatórios apresentados.

Apesar de o uso do precatório para o pagamento de outorgas estar assegurado na Constituição Federal, em março a AGU (Advocacia-Geral da União) revogou a portaria que regulamentava o procedimento para uso desses papéis -que ficaram suspensos.

A decisão da Anac mostra que há divergências no governo sobre o assunto.

Consignado

Conselho pede que bancos divulguem taxas de juros

O CNPS (Conselho Nacional de Previdência Social) aprovou na quinta-feira passada uma resolução que pede ao INSS (Instituto Nacional de Seguro Social) para adotar medidas que visam aumentar a transparência nos empréstimos consignados do INSS, no cartão de crédito consignado e no cartão de benefícios do consignado. No pedido, o conselho solicita que as instituições financeiras informem ao INSS as taxas de juros mensal e anual dos três serviços. Atualmente, o conselho estabelece um limite para a taxa, mas os bancos não têm a obrigação de divulgar os índices que adotam.

Em março, os principais bancos do país chegaram a suspender a realização de novos contratos do consignado após o CNPS reduzir o limite da taxa de juros de 2,14% para 1,7%. Após uma série de negociações, o CNPS aprovou nova resolução, em 28 de março, mudando o limite dos juros para 1,97% no consignado e 2,89% para cartão de crédito e cartão consignado. Com o impasse, as concessões de empréstimos do consignado do INSS caíram 40,5% em março, segundo dados divulgados pelo Banco Central. Nesta quinta-feira, o CNPS aprovou ainda outras medidas na resolução aprovada por unanimidade: - Divulgação do custo efetivo total no consignado; - Divulgação da data do primeiro desconto; - Divulgação dos valores do imposto sobre operações e dos recursos pagos a título de dívida (saldo devedor original) quando houver a contratação através de portabilidade ou refinanciamento; Informação diária de taxas ofertadas para novas operações; Disponibilização no aplicativo Meu INSS do valor das taxas de juros ofertadas pelas instituições financeiras para novas operações do empréstimo consignado, do cartão de crédito consignado e do cartão de benefícios do consignado; Divulgação no aplicativo Meu INSS do número do SAC (Serviço de Atendimento ao Consumidor) ou do CAC (Central de Atendimento ao Consumidor) das instituições financeiras.

Aos 'parças', tudo

Militar, Tarcísio prioriza PMs e abre crise com Polícia Civil

A proposta de reajuste salarial anunciada pelo governo Tarcísio de Freitas (Republicanos) para integrantes das forças paulistas abriu uma crise sem precedentes com policiais civis, que afirmam estar indignados em receber um aumento inferior ao previsto para os PMs.

Representantes de classes já organizam manifestações para esta terça-feira na Alesp (Assembleia Legislativa de São Paulo) e não descartam movimentos de paralisação caso o projeto não seja alterado.

Conforme a proposta anunciada na última terça-feira, o maior percentual para delegados, por exemplo, é de 20,7%, para aqueles em início de carreira (3ª classe). Já para os oficiais da PM, o aumento chega a 29%, caso de capitães e 1º tenentes. Na média, oficiais terão reajuste de 22,6%, contra 17,9% dos delegados.

A revolta de policiais civis com o privilégio a PMs teve início em meados de abril, quando o arquivo com o texto do projeto de lei, com as tabelas, vazou e passou a ser compartilhado em grupo de policiais. Apoiadores do governo Tarcísio atacaram o vazamento, dizendo que as tabelas estavam erradas.

"Boa tarde, irmão. Montaram tabela fake. Não é o primeiro que tenho que desmentir. O aumento não será feito dessa forma, fique tranquilo. Infelizmente tem pessoas mau caráter (sic) que se aproveitam desse momento de expectativa que vivemos para disseminar desunião e rancor entre nós policiais", disse o deputado conhecido como Major Mecca (PL), em publicação na internet.

O projeto de reajuste a policiais foi anunciado por Tarcísio na manhã de terça, mas sem as tabelas com os percentuais de reajuste. O bolsonarista falou apenas de um aumento médio de 20% à classe policial, e só no final da tarde a veracidade da tabela foi confirmada pelo governo.

Enquanto o governo retardava a divulgação dos dados oficialmente, solicitados pela Folha de S.Paulo desde a tarde de segunda-feira passada, o secretário Guilherme Derrite tentava justificar um maior aumento para PMs em suas redes particulares. Afirmou estar "balanceando" o reajuste para evitar distorções e negou privilégios.

"Surgiu uma polêmica, né? É normal isso, a gente está acostumado com isso: 'Ah, vai ter aumento diferenciado para PM, Polícia Civil...' Não haverá! Quando começaram algumas matérias, eu chamei a presidente do Sindicato dos Delegados, a Jacqueline (Valadares), ela sentou na minha mesa, junto com o delegado-geral. Chamei o doutor Márcio, presidente da Associação, para provar para eles que não haverá tratamento diferenciado nenhum", disse o secretário em uma live.

Derrite é oficial da reserva da PM, cuja indicação para o cargo de secretário de Segurança Pública foi criticada por diversos setores. Na sequência, ele falou que a recomposição salarial dos policiais não poderia ser analisada apenas pelo reajuste percentual proposto.

Morte bruta

Testemunhas identificam atropelado como suspeito de furto

Eliane Krubiniki, uma das passageiras do motorista de aplicativo Rafael Bitencourt, que teve celular furtado no dia da morte Matheus Campos da Silva, 21, afirmou à polícia ter identificado Silva como o ladrão. Silva foi atropelado e alvo de deboche nas redes sociais pelo condutor que o atingiu. Ele não tinha antecedentes e a família dele nega que ele estivesse envolvido com crimes.

Nesta sexta-feira, a testemunha prestou depoimento no 5º Distrito Policial de São Paulo. O outro passageiro, Fernando Krubiniki, marido de Eliane, corroborou com a versão da mulher.

Ambos disseram que o atropelador do jovem, Christopher Rodrigues, 27, estava desorientado e só foi avisado de que Silva era suspeito de furto após o incidente.

As testemunhas também disseram que foi solicitado socorro, o que, segundo o delegado do caso, Percival Alcântara, impede a possibilidade de indiciamento por negligência de ajuda.

O advogado da família do jovem morto, Walisson dos Reis, diz aguardar agora o fim do inquérito. Caso não seja demonstrado dolo (intenção) por parte de Christopher Rodrigues, o advogado deve pedir apoio do Ministério Público de São Paulo.

"Está tudo caminhando de forma técnica para mostrar que meu cliente não cometeu nenhum crime doloso, foi, de fato, um acidente", declara André Nino, defensor de Christopher Rodrigues.

O delegado Percival Alcântara prevê conclusão da investigação na próxima semana. "Os depoimentos de hoje foram fundamentais por serem de testemunhas diretas", diz Alcântara. "A falta de imagens é uma das maiores dificuldades do caso, o que aumenta a importância dos testemunhos."

Mesmo se o atropelamento for considerado acidental, Christopher Rodrigues ainda pode ser punido pelas publicações feitas após o incidente.

BELA VISTA EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO S.A.
CNPJ/MF nº 47.312.779/0001-44 - NIRE 35.300.601.432

Ata de AGE realizada em 30/03/2023: 1. Data, Hora e Local: Realizada em 30/03/2023, às 14h00min, na sede social Bela Vista Empreendimento Imobiliário S.A. ("Cia"), situada na Avenida das Nações Unidas, nº 14.401, 5º andar – Parte B, Torre B1, conjunto 54, Sala 04, Vila Gertrudes - CEP: 04.794-000, no Município de São Paulo, no Estado de São Paulo. **2.** Presença e Convocação: Dispensada face à presença das acionistas representando a totalidade do capital social, nos termos do artigo 133, §1º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. **3.** Mesa: Srs. Rodrigo Costa Melo, Presidente; e Bruno Martins Guerra, Secretário. **4.** Ordem do Dia: Deliberar sobre: (i) a redução do capital social da Cia; e (ii) Alteração do Artigo 5º do Estatuto Social da Cia. **5.** Deliberações: Instalada a sessão e cumpridas todas as formalidades legais, as Acionistas aprovaram a lavratura da presente Ata na forma de sumário dos fatos ocorridos, conforme faculta o Artigo 130, §1º, da Lei nº 6.404/76, e deliberaram conforme abaixo: 5.1. Os Acionistas deliberam sobre a redução do capital social da Cia, por julgá-lo excessivo em relação aos objetivos da Cia, em R$ 6.000.000,00, mediante o cancelamento de 6.000.000 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Cia, nos termos do Artigo 173 da Lei das S.A., passando o capital da Cia de R$ 20.001.000,00, dividido em 20.001.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal para R$ 14.001.000,00, dividido em 14.001.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. 5.1.1. A Cia observará o prazo de 60 (sessenta) dias previsto no artigo 174, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, para oposição de credores para que a redução se torne efetiva, sendo que a data de início para exercício deste direito pelos credores será a publicação da presente ata no jornal. 5.1.2. O montante total a ser restituído às Acionistas será pago após transcorrido o prazo de oposição de credores descrito no item 5.1.1 acima, na proporção das participações de cada uma das Acionistas e sem que haja a incidência de correção sobre o valor a ser creditado às Acionistas entre a data desta deliberação e o efetivo pagamento às Acionistas. 5.2. Em decorrência das deliberações supracitadas, o Artigo 5º do Estatuto Social da Cia passa a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 5. O capital da Cia, totalmente subscrito e parcialmente integralizado é de R$ 14.001.000,00, dividido em 24.001.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal." **6.** Quórum das Deliberações: Todas as deliberações foram aprovadas por unanimidade, sem reserva ou restrições. **7.** Encerramento e Lavratura da Ata: nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foi suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata, que, lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada no respectivo livro de registro de assembleias gerais da Cia, arquivado na sede social da Cia. Mesa: Rodrigo Costa Melo – Presidente; Bruno Martins Guerra – Secretário. Certifico e dou fé que esta ata é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio. São Paulo/SP, 30/03/2023. Mesa: Rodrigo Costa Melo – Presidente; Bruno Martins Guerra - Secretário

RENOVAÇÃO DE LICENÇA

CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO BOSQUE DO GABINAL – CNPJ nº 29.005.998.0001-07, torna público que requereu da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Simplificação - SMDEIS, através do processo nº 14/201.473/2010, a renovação de sua Licença Municipal de Operação LMO n°2187/2017 para Estação de Tratamento de Esgoto (ETAR) situado na Estrada do Gabinal, 352 – Jacarepaguá – Rio de Janeiro/RJ.

CONCESSÃO DE LICENÇA MUNICIPAL DE INSTALAÇÃO

Espólio de Pasquale Mauro, CPF nº 007.220.147-91, torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Simplificação - SMDEIS, através do processo nº 14/200.306/2013 a Licença Ambiental Municipal de Instalação – EIS - LMI 2023/00057, para Implantação de loteamento/urbanização, localizado na Av. Projetada A, Av. Projetada B e Av. Projetada 1 do PAA 1219 e PAL 46627, Barra da Tijuca/RJ.

ARCOVERDE TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ/ME nº 28.008.887/0001-83 - NIRE 33.3.0033453-0

Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 24/04/2023 - Data, Hora e Local: Em 24/04/2023, às 11:00hs, na sede da Arcoverde Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Praia de Botafogo, nº 440, 18º andar (parte), Botafogo, CEP: 22.250-908. **Convocação e Presença**: Dispensada a convocação prévia, tendo em vista a presença de todos os conselheiros da Companhia. **Composição da Mesa**: Assumiu a presidência o Sr. Rodrigo Costa Rocha, que convidou a Sra. Cynthia Sisconetto Lemos para secretariar os trabalhos. **Ordem do Dia**: Deliberar sobre a eleição dos membros da Diretoria da Companhia. **Deliberações**: Por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, após debates e discussões, os conselheiros da Companhia aprovaram a eleição das seguintes pessoas para compor a Diretoria da Companhia, Sr. **Vagner Alexandre Serratto**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 5.347.493-4, expedida pelo SSP/PR, inscrito no CPF/ME sob o nº 997.036.459-68, com endereço comercial na cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 440, 18º andar (parte), Botafogo, CEP: 22.250-908; e Sra. **Ana Paula Pousa Bacaltchuc de Salles Fonseca**, brasileira, casada, economista, portadora da carteira de identidade nº 09.712.232-9, expedida pelo DETRAN/RJ, inscrita no CPF/ME sob o nº 025.141.547-31, com endereço comercial na cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 440, 18º andar (parte), Botafogo, CEP: 22.250-908. Os Diretores ora eleitos terão mandato até 02/05/2024 e assumem seus cargos na presente data, mediante a apresentação dos respectivos termos de posse que integram a presente ata como Anexos I-A e I-B. Findas as deliberações, fica a administração da Companhia autorizada a praticar todos os atos, tomar todas as providências e adotar todas as medidas necessárias à formalização, efetivação e administração da deliberação desta Reunião, incluindo os registros públicos correspondentes. **Encerramento**: Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, suspendendo antes a sessão, para que se lavrasse a presente ata, que depois de lida, foi aprovada e assinada pela totalidade dos presentes. A presente é cópia fiel da original lavrada no Livro de Registro de Atas de Reunião do Conselho de Administração. Rodrigo Costa Rocha - Presidente da Mesa; Cynthia Sisconetto Lemos - Secretária. JUCERJA: Certifico o arquivamento em 04/05/2023 sob o nº 00005455720, Jorge Paulo Magdaleno Filho - Secretário Geral.

Energética Rio Pedrinho Ltda.

CNPJ/MF nº 03.190.389/0001-73 – NIRE 33.210.651.064

Ata de Reunião Ordinária de Sócios realizada em 14/11/2022

1. Data, Hora e Local: 14/11/2022, na sede social da Sociedade, na Avenida Almirante Julio de Sá Bierrenbach, nº 200, Edifício Pacific Tower, bloco 2, 2º e 4º andares, salas 201 a 204 e 401 a 404, Jacarepaguá, Rio de Janeiro-RJ, às 10:00 horas. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, face à presença dos representantes da totalidade do capital social, com sede na Avenida Almirante Julio de Sá Bierrenbachm, nº 200, Edifício Pacific Tower, bloco 2, 2º e 4º andares, salas 201 a 204 e 401 a 404, Jacarepaguá, Rio de Janeiro-RJ ("Sociedade"), a saber: **(a) Elera Renováveis S.A.** (nova denominação social da Brookfield Energia Renovável S.A.), com sede na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach nº 200, Edifício Pacific Tower, bloco 02, 1º, 2º e 4º andares, salas 101, 201 a 204 e 401 a 404, Jacarepaguá, Rio de Janeiro-RJ, CNPJ/MF sob o nº 02.808.298/0001-96, e NIRE 33.300.323.724; neste ato representada por seus Diretores, os Srs. Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira, portador da carteira de identidade nº 10.341.661-6, SSP/RJ, e do CPF/MF sob o nº 071.000.747-70 e Carlos Gustavo Nogari Andrioli, inscrito na OAB/PR sob o nº 21.793 e no CPF/MF sob o nº 861.403.379-68; e **(b) Elera Renováveis Participações S.A.** (nova denominação social da Brookfield Energia Renovável Participações S.A), com sede na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Edifício Pacific Tower, bloco 02, 2º e 4º andar, salas 201 a 204 e 401 a 404, Jacarepaguá, Rio de Janeiro-RJ, CNPJ/MF sob o nº 09.417.715/0001-19, e NIRE 33.300.322.931; neste ato representada por seus Diretores, os Srs. Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira, acima qualificada, e Carlos Gustavo Nogari Andrioli, acima qualificada. **3. Mesa:** Sr. Carlos Gustavo Nogari Andrioli, Presidente e Srta. Isis Paula Cerinotti Malhaes, Secretária. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre a redução do capital social. **5. Deliberações tomadas por unanimidade: 5.1.** A redução do capital social da Sociedade no valor de **R$ 550.101,00** nos termos do artigo 1.082, inciso II, do Código Civil Brasileiro, por considerá-lo excessivo em relação ao objeto social, com o cancelamento de **550.101** quotas da Sociedade. **5.2.** Em virtude da deliberação 5.1 acima, o capital social será reduzido **de** R$ 11.371.916,00 **para** R$ 10.821.815,00 e o número de quotas será reduzido **de** 11.371.916 quotas **para** 10.821.815 quotas. **5.3.** Registrar que os valores declarados da redução acima aprovada serão distribuídos, em dinheiro, na proporção de sua participação no capital social, nos seguintes valores: Elera Renováveis S.A.; 11.371.915 Quotas; 99,9999926%; R$550.100,96. Elera Renováveis Participações S.A.; 1 Quota; 0,0000074%; R$0,04. **Total: 11.371.916 Quotas; 100%; R$550.101,00. 5.3.1** Registrar que a sócia Elera Renováveis Participações S.A. manifestou sua renúncia à parcela dos valores que lhe cabe em favor da sócia Elera Renováveis S.A. **5.4.** Em razão da deliberação aprovada no item 5.1 acima, a cláusula 5ª do contrato social da Sociedade passa a vigorar com a seguinte redação: "***Cláusula 5ª.*** *O capital social, totalmente integralizado e expresso em moeda corrente nacional, é de R$ 10.821.815,00 dividido em 10.821.815 quotas, com valor nominal de R$1,00 cada, assim distribuídas entre os sócios: Elera Renováveis S.A. (CNPJ/MF nº 02.808.298/0001-96)) possui 10.821.814 quotas, no valor total de R$ 10.821.814,00; Elera Renováveis Participações S.A. (CNPJ/MF sob o nº 09.417.715/0001-19) possui 1 quota, no valor total de R$ 1,00.*" **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi lavrada a presente ata. Rio de Janeiro, RJ, 14/11/2022. **Isis Paula Cerinotti Malhaes** – Secretária Designada; **Carlos Gustavo Nogari Andrioli** – Presidente da Mesa. **Elera Renováveis S.A.** (por seus diretores Carlos Gustavo Nogari Andrioli e Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira); **Elera Renováveis Participações S.A.** (por seus diretores Carlos Gustavo Nogari Andrioli e Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira).

Energética Rio Pedrinho Ltda.

CNPJ/MF nº 03.190.389/0001-73 – NIRE 33.210.651.064

Ata de Reunião Ordinária de Sócios realizada em 10/10/2022

1. Data, Hora e Local: No dia 10/10/2022, na sede social da Sociedade, na Avenida Almirante Julio de Sá Bierrenbach, nº 200, Edifício Pacific Tower, bloco 2, 2º e 4º andares, salas 201 a 204 e 401 a 404, Jacarepaguá, Rio de Janeiro-RJ, às 16:00 horas. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, face à presença dos sócios representando a totalidade do capital social da sociedade, com sede na Avenida Almirante Julio de Sá Bierrenbachm, nº 200, Edifício Pacific Tower, bloco 2, 2º e 4º andares, salas 201 a 204 e 401 a 404, Jacarepaguá, Rio de Janeiro-RJ ("Sociedade"), a saber: **(a) Elera Renováveis S.A.** (nova denominação socila da Brookfield Energia Renovável S.A.), com sede na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach nº 200, Edifício Pacific Tower, bloco 02, 1º, 2º e 4º andares, salas 101, 201 a 204 e 401 a 404, Jacarepaguá, Rio de Janeiro-RJ, CNPJ/MF sob o nº 02.808.298/0001-96, e NIRE 33.300.323.724; neste ato representada por seus Diretores, os Srs. Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira, portador da carteira de identidade nº 10.341.661-6, SSP/RJ, e do CPF/MF sob o nº 071.000.747-70 e Carlos Gustavo Nogari Andrioli, inscrito na OAB/PR sob o nº 21.793 e no CPF/MF sob o nº 861.403.379-68; e **(b) Elera Renováveis Participações S.A.** (nova denominação social da Brookfield Energia Renovável Participações S.A), com sede na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Edifício Pacific Tower, bloco 02, 2º e 4º andar, salas 201 a 204 e 401 a 404, Jacarepaguá, Rio de Janeiro-RJ, CNPJ/MF sob o nº 09.417.715/0001-19, e NIRE 33.300.322.931, neste ato representada por seus Diretores, os Srs. Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira, acima qualificado, e Carlos Gustavo Nogari Andrioli, acima qualificado. **3. Mesa:** Sr. Carlos Gustavo Nogari Andrioli, Presidente e Srta. Isis Paula Cerinotti Malhaes, Secretária. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre a redução do capital social da Sociedade. **5. Deliberações tomadas por unanimidade: 5.1.** A redução do capital social da Sociedade no valor de **R$ 2.054.118,00** nos termos do artigo 1.082, inciso II, do Código Civil Brasileiro, por considerá-lo excessivo em relação ao objeto social da Sociedade, com o consequente cancelamento de **2.054.118** quotas da Sociedade. **5.2.** Em virtude da deliberação 5.1 acima, o capital social será reduzido **de** R$ 13.426.034,00 **para** R$ 11.371.916,00; e o número de quotas será reduzido **de** 13.426.034 quotas **para** 11.371.916 quotas. **5.3.** Registrar que os valores declarados da redução acima aprovada serão distribuídos, em dinheiro, na proporção de sua participação no capital social, nos seguintes valores: Elera Renováveis S.A.; 13.426.033 Quotas; 99,9999926%; R$2.054.117,85. Elera Renováveis Participações S.A.; 1 Quota; 0,0000074%; R$0,15. **Total: 13.426.034 Quotas; 100%; R$2.054.118,00. 5.3.1** Registrar que a sócia Elera Renováveis Participações S.A. manifestou sua renúncia à parcela dos valores que lhe cabe em favor da sócia Elera Renováveis S.A. **5.4.** Em razão da deliberação aprovada no item 5.1 acima, a cláusula 5ª do contrato social da Sociedade passa a vigorar com a seguinte redação: "***Cláusula 5ª.*** *O capital social, totalmente integralizado e expresso em moeda corrente nacional, é de R$ 11.371.916,00 dividido em 11.371.916 quotas, com valor nominal de R$1,00 cada, assim distribuídas entre os sócios: Elera Renováveis S.A. (CNPJ/MF nº 02.808.298/0001-96)) possui 11.371.915 quotas, no valor total de R$ 11.371.915,00; Elera Renováveis Participações S.A. (CNPJ/MF sob o nº 09.417.715/0001-19) possui 1 quota, no valor total de R$ 1,00.*" **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi lavrada a presente ata. Rio de Janeiro, RJ, 10/10/2022. **Isis Paula Cerinotti Malhaes** – Secretária Designada; **Carlos Gustavo Nogari Andrioli** – Presidente da Mesa. **Elera Renováveis S.A.** (por seus diretores Carlos Gustavo Nogari Andrioli e Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira); **Elera Renováveis Participações S.A.** (por seus diretores Carlos Gustavo Nogari Andrioli e Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira).

INGREDION BRASIL INGREDIENTES INDUSTRIAIS LTDA

CNPJ: 01.730.520/0015-18

AUDITORIA AMBIENTAL

A INGREDION BRASIL INGREDIENTES INDUSTRIAIS LTDA. torna público que entregou ao Instituto Estadual do Ambiente – INEA, em 29/12/2022 Relatório de Auditoria Ambiental de Acompanhamento do ano de 2022 referente à atividade de fabricação de açúcares (sorbitol, manitol, maltitol, dextrose anidra e xarope de frutose) e informa que este estará à disposição para consulta na Rua Joaquim Lemos, 48 – Trindade, no Município de São Gonçalo, no período 08/05/2023 a 12/05/2023 no horário das 8h às 16h. Informa, ainda, que o referido relatório também estará disponível para consulta no endereço eletrônico www.inea.rj.gov.br/biblioteca. (Processo E-07/504052/2009)

Energética Salto Natal S.A.

CNPJ/MF nº 07.587.636/0001-20 – NIRE 33.300.322.949

Ata da Assembleia Geral Extraordinaria realizada em 10/10/2022

1. Data, Hora e Local: 10/10/2022, na sede da Sociedade, na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Edifício Pacific Tower, bloco 02, 2º e 4º andares, sala 201 a 2014 e 401 a 404, Rio de Janeiro-RJ, às 17:00 horas. **2. Convocação e Presença:** Assembleia realizada independentemente de convocação, tendo em vista o comparecimento dos acionistas detentores da totalidade do capital social. **3. Mesa:** Sr. Carlos Gustavo Nogari Andrioli, Presidente e Srta. Isis Paula Cerinotti Malhaes Secretária. **4. Ordem do Dia: (i)** deliberar sobre a redução do capital social; e **(ii)** outros assuntos de interesse social. **5. Deliberações tomadas por unanimidade: 5.1.** Com fundamento no artigo 173 da Lei de Sociedades Anônimas, os acionistas aprovam a redução em R$ 2.941.708,75 do capital social, por julgá-lo excessivo em relação às necessidades da Companhia, passando o capital de R$ 9.723.446,62 para R$ 6.781.737,87. **5.1.1.** Considerando que as ações em que se divide o capital social não têm valor nominal, aprovar que a redução de capital será efetivada sem o cancelamento de ações, passando o artigo 5º do estatuto social a vigorar com a seguinte redação: "***Artigo 5º.*** *O capital social totalmente subscrito e integralizado é* R$ 6.781.737,87, *dividido em 3.614.167 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.*" **5.2.** Registrar que o valor ora aprovado, será pago aos acionistas, na proporção de sua participação no capital social, nos seguintes valores: Elera Renováveis S.A.; 3.614.166 Ações Ordinárias; 99,9999723%; R$2.941.707,94. Carlos Gustavo Nogari Andrioli; 1 Ação Ordinária; 0,0000277%; R$0,81. **Total: 3.614.167 Ações Ordinárias; 100%; R$2.941.708,75. 5.2.1.** Registrar que o acionista **Carlos Gustavo Nogari Andrioli** manifestou sua renúncia à parcela dos dividendos que lhe cabe em favor da acionista Elera Renováveis S.A. **5.3.** Lavrar esta ata em forma de sumário. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta ata, que foi lida, aprovada e assinada pelos presentes. **7. Assinaturas:** Carlos Gustavo Nogari Andrioli – Presidente e Isis Paula Cerinotti Malhaes – Secretária. Acionistas: Elera Renováveis S.A. e Carlos Gustavo Nogari Andrioli. Rio de Janeiro, RJ, 10/10/2022. **Isis Paula Cerinotti Malhaes** – Secretária.

Lumbrás Energética S.A.

CNPJ/MF nº 08.431.936/0001-89 – NIRE 33.300.321.179

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15/11/2022

Data, Hora e Local: No dia 15/11/2022, na sede social da Sociedade, localizada na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Edifício Pacific Tower, bloco 02, 2º e 4º andares, salas 201 a 204 e 401 a 404, Jacarepaguá, às 10:00 horas. **Convocação e Presença:** Dispensada, face a presença de acionistas representando a totalidade do capital social. **Mesa:** Sr. Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira – Presidente; Sra. Stephanie de Barros Brigido – Secretária. **Deliberações da Ordem do Dia:** Por unanimidade dos membros presentes: **1.** Aprovar a redução de capital social em R$ 1.200.000,00 da Companhia, passando o capital social, portanto, de R$ 63.061.835,00 para R$ 61.861.835,00. **1.1.** Consignar que do valor total de redução de capital será destinado ao pagamento dos acionistas, por julgá-lo excessivo em relação às necessidades operacionais e de investimento da Companhia. **1.2.** Registrar que o valor da redução de capital da Sociedade acima aprovada será distribuído, em dinheiro, aos acionistas, na proporção de sua participação no capital social, nos seguintes valores:

Acionistas	Qtde de ações	%	Valor (em R$)
Elera Renováveis S.A.	77.384.632	99,9999987	1.999.999,98
Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira	1	0,0000013	0,02
Total	77.384.633	100	1.200.000,00

1.3. Registrar que o acionista Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira manifestou sua renúncia à parcela que lhe cabe em favor da acionista Elera Renováveis S.A.. **2.** Considerando que as ações em que se divide o capital social não têm valor nominal, é desnecessário o cancelamento de ações em consequência da redução de capital ora aprovada, passando o artigo 5º do estatuto social a vigorar com a seguinte redação: "***Artigo 5º:*** *O capital social da sociedade é R$ 61.861.835,00, totalmente subscrito e integralizado, representado por 77.384.633 ações.*" **3.** Lavrar a presente ata em forma de sumário, nos termos do parágrafo 1º do artigo 130 da Lei nº 6.404/76. **Encerramento e Lavratura:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente Ata. **Assinaturas:** Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira – Presidente da Mesa e Stephanie de Barros Brigido – Secretário. Acionista: Elera Renováveis S.A. e Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira. Rio de Janeiro, RJ, 15/11/2022. **Stephanie de Barros Brigido** – Secretária Designada.

Linha Emília Energética S.A.

CNPJ/MF nº 04.502.673/0001-09 – NIRE 33.300.324.968

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11/11/2022

1. Data, Local e Hora: 11/11/2022, na sede da Sociedade, na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Edifício Pacific Tower, bloco 02, 2º e 4º andar, salas 201 a 204 e 401 a 404, Jacarepaguá, Rio de Janeiro-RJ, às 16:00 horas. **2. Convocação e Presença:** Assembleia realizada independentemente de convocação, tendo em vista o comparecimento dos acionistas detentores da totalidade do capital social. **3. Mesa:** Sr. Carlos Gustavo Nogari Andrioli, Presidente e Srta. Isis Paula Cerinotti Malhaes, Secretária. **4. Ordem do Dia: (i)** deliberar sobre a redução do capital social da Companhia; **(ii)** deliberar sobre a reversão parcial da reserva legal e sua destinação; e **(iii)** outros assuntos de interesse social. **5. Deliberações tomadas por unanimidade: 5.1.** Aprovar a redução de capital social em **R$ 1.450.000,00,** passando o capital social de R$ 34.382.055,74 para R$ 32.932.055,74. **5.1.1.** Considerando que as ações em que se divide o capital social não têm valor nominal, é desnecessário o cancelamento de ações em consequência da redução, passando o artigo 5º do estatuto social a vigorar com a seguinte redação: "***Artigo. 5º.*** *O capital da Companhia, totalmente subscrito e integralizado é de R$ 32.932.055,74 dividido em 44.169.009 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.*" **5.2.** Os valores ora declarados serão pagos aos acionistas, conforme a disponibilidade de caixa da Companhia, dentro do exercício social em curso, e na proporção de sua participação no capital social, nos seguintes valores: Companhia Canadense de Investimentos em Energia – COINCE; 44.169.008 Ações Ordinárias; 99,9999977%; R$1.499,999,97. Carlos Gustavo Nogari Andrioli; 01 Ação Ordinária; 0,0000023%; R$0,03. **Total: 44.169.009 Ações Ordinárias; 100%; R$1.450.000,00. 5.2.1.** Registrar que o acionista **Carlos Gustavo Nogari Andrioli** manifestou sua renúncia à parcela que lhe cabe em favor da acionista Companhia Canadense de Investimentos em Energia – COINCE. **5.3.** Aprovar a reversão parcial da Reserva Legal, no montante de R$290.000,00, e a sua destinação à constituição da **Reserva Especial**, conforme exposto a seguir. **(i)** Em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício serão aplicados na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% do capital social; **(ii)** Conforme o balanço do exercício encerrado em 31.12.2021, aprovado em conformidade com a Assembleia Geral Ordinária ocorrida em 13/04/2022, a reserva legal da Companhia contava com o montante de R$ 7.918.567,68; (iii) Em 13/04/2022, em Assembleia Geral Ordinária, os acionistas da Companhia deliberaram a destinação de R$ 883.037,26, referente ao exercício social encerrado em 31/12/2021, à constituição da Reserva Legal, totalizando assim R$ 6.876.411,15. (iv) Nesta data, por meio desta Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas aprovaram a redução de seu capital social, que passou a ser de R$ 32.932.055,74, sendo, portanto, de R$ 6.526.411,15 o limite dessa reserva. (v) Portanto, a reserva legal descrita no item (ii) ultrapassa o limite legal em R$290.000,00. **5.4.** Lavrar esta ata em forma de sumário. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta ata, que, depois de lida e aprovada, foi devidamente assinada pelos presentes. **7. Assinaturas:** Carlos Gustavo Nogari Andrioli – Presidente da Mesa e Isis Paula Cerinotti Malhaes – Secretária. Acionistas: Companhia Canadense de Investimentos em Energia – COINCE e Carlos Gustavo Nogari Andrioli. Rio de Janeiro, RJ, 11/11/2022. **Isis Paula Cerinotti Malhaes** – Secretária Designada.

LEST - LINHAS DE ENERGIA DO SERTÃO TRANSMISSORA S.A.

CNPJ/MF Nº 24.100.518/0001-65 - NIRE 33.3.0032400-3

Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 24/04/2023 - Data, Hora e Local: Em 24/04/2023, às 12:00hs, na sede da LEST - Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A. ("Companhia"), na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Praia de Botafogo, nº 440, 18º andar (parte), Botafogo, CEP: 22.250-908. **Convocação e Presença**: Dispensada a convocação prévia, tendo em vista a presença de todos os conselheiros da Companhia. **Composição da Mesa**: Assumiu a presidência o Sr. Rodrigo Costa Rocha, que convidou a Sra. Cynthia Sisconetto Lemos para secretariar os trabalhos. **Ordem do Dia**: Deliberar sobre a eleição dos membros da Diretoria da Companhia. **Deliberações**: Por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, após debates e discussões, os conselheiros da Companhia aprovaram a eleição das seguintes pessoas para compor a Diretoria da Companhia, Sr. **Vagner Alexandre Serratto**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 5.347.493-4, expedida pelo SSP/PR, inscrito no CPF/ME sob o nº 997.036.459-68, com endereço comercial na cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 440, 18º andar (parte), Botafogo, CEP: 22.250-908; e Sra. **Ana Paula Pousa Bacaltchuc de Salles Fonseca**, brasileira, casada, economista, portadora da carteira de identidade nº 09.712.232-9, expedida pelo DETRAN/RJ, inscrita no CPF/ME sob o nº 025.141.547-31, com endereço comercial na cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 440, 18º andar (parte), Botafogo, CEP: 22.250-908. Os Diretores ora eleitos terão mandato até 02/05/2024 e assumem seus cargos na presente data, mediante a apresentação dos respectivos termos de posse que integram a presente ata como Anexos I-A e I-B. Findas as deliberações, fica a administração da Companhia autorizada a praticar todos os atos, tomar todas as providências e adotar todas as medidas necessárias à formalização, efetivação e administração da deliberação desta Reunião, incluindo os registros públicos correspondentes. **Encerramento**: Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, suspendendo antes a sessão, para que se lavrasse a presente ata, que depois de lida, foi aprovada e assinada pela totalidade dos presentes. A presente é cópia fiel da original lavrada no Livro de Registro de Atas de Reunião do Conselho de Administração. Rodrigo Costa Rocha - Presidente da Mesa; Cynthia Sisconetto Lemos - Secretária. JUCERJA: Certifico o arquivamento em 04/05/2023 sob o nº 00005454987, Jorge Paulo Magdaleno Filho - Secretário Geral.

Lagoa Azul Energética S.A.

CNPJ/MF nº 09.629.959/0001-65 – NIRE 33.300.321.594

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15/11/2022

1. Data, Hora e Local: No dia 15/11/2022, na sede social da Sociedade, na Av. Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Worldwide Offices, bloco 02, salas 401 a 404, Jacarepaguá, Rio de Janeiro-RJ, às 09:00 horas. **2. Convocação e Presença:** Assembleia realizada independentemente das formalidades de convocação, tendo em vista o comparecimento do acionista detentor da totalidade do capital social. **3. Mesa:** Sr. Carlos Gustavo Nogari Andrioli, Presidente e Srta. Stephanie de Barros Brigido, Secretária. **4. Ordem do Dia: (i)** deliberar sobre a redução do capital social da Companhia, nos termos do artigo 173 da Lei nº 6.404/76; **(ii)** deliberar sobre a reversão parcial da reserva legal e sua destinação; **(iii)** outros assuntos de interesse social. **5. Deliberações:** O senhor acionista, após análise e discussão dos assuntos constantes da Ordem do Dia, deliberou por: **5.1.** Aprovar a redução de capital social em **R$ 1.405.485,13** da Companhia, passando o capital social, portanto, de R$ 5.000.580,13 para R$ 3.595.095,00. **5.1.1.** Considerando que as ações em que se divide o capital social não têm valor nominal, é desnecessário o cancelamento de ações em consequência da redução de capital ora aprovada, passando o artigo 5º do estatuto social a vigorar com a seguinte redação: "***Artigo. 5º*** *– O capital da Companhia, totalmente subscrito e integralizado é de R$ 3.595.095,00 dividido em 4.882.718 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.*" **5.1.2.** Os valores, ora declarados, serão pagos ao acionista Elera Renováveis S.A., detentora da totalidade das ações da Companhia. **5.2.** Com fundamento no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, aprovar a reversão parcial da Reserva Legal, no montante de **R$ 281.097,00**, e a sua destinação à constituição da **Reserva Especial**, nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, conforme exposto a seguir: (i) Em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício serão aplicados na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% do capital social; (ii) Conforme o balanço do exercício encerrado em 31.12.2021, a reserva legal da Companhia contava com o montante de R$ 1.000.116,03; (iii) Conforme deliberação acima, os acionistas da Sociedade aprovaram a redução de seu capital social, que passou a ser de R$ 3.595.095,00, sendo, portanto, de R$ 719.019,00 o limite dessa reserva. (iv) Portanto, a reserva legal descrita no item (ii) ultrapassa o limite legal em **R$ 281.097,03. 5.3** Aprovar a lavratura da presente ata em forma de sumário, nos termos do § 1º do artigo 130 da Lei nº 6.404/76. **6. Encerramento e lavratura:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se esta ata, que foi lida, aprovada e assinada pelos presentes. **7. Assinaturas:** Carlos Gustavo Nogari Andrioli – Presidente da Mesa e Stephanie de Barros Brigido – Secretário. Acionistas: Elera Renováveis S.A. Rio de Janeiro, RJ, 15/11/2022. **Stephanie de Barros Brigido** – Secretária.

Geração Biomassa Santa Cândida II Ltda.

CNPJ/MF nº 14.759.176/0001-36 – NIRE 33.210.651.013

Ata de Reunião de Sócios realizada em 19 de julho de 2022

1. Data, Local, Horário: 19/07/2022, na sede social, na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Edifício Pacific Tower, bloco 02, 2º e 4º andar, salas 201 a 204 e 401 a 404, Jacarepaguá, Rio de Janeiro-RJ, às 16:00 horas. **2. Presença:** Dispensada a convocação, face à presença dos representantes da totalidade do capital social, com sede na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Edifício Pacific Tower, bloco 02, 2º e 4º andares, salas 201 a 204 e 401 a 404, Jacarepaguá, Rio de Janeiro-RJ, e filial localizada na Fazenda Santa Cândida, Gleba Industrial, Zona Rural, Comarca de Jau, s/nº, Parque II, Bocaina, São Paulo-SP, CNPJ/MF nº 14.759.176/0002-17, e NIRE 33.210.651.013 ("Sociedade"), a saber: **(a) Geração Bioeletricidade Holding S.A.**, com sede na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Edifício Pacific Tower, bloco 02, 2º e 4º andar, salas 201 a 204 e 401 a 404, Jacarepaguá, Rio de Janeiro-RJ, CNPJ/MF nº 15.012.353/0001-89 representada por seus Diretores **Carlos Gustavo Nogari Andrioli**, portador da cédula de identidade nº 4738468-0, SSP/PR, e do CPF/MF nº 861.403.379-68 e **Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira**, portador da carteira de identidade nº 10.341.661-6, SSP/RJ, e do CPF/MF nº 071.000.747-70; e **(b) Tangará Energia S.A.** (incorporadora da São João Energética S.A., conforme incorporação ocorrida em 01/10/2021), com sede na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Edifício Pacific Tower, bloco 02 , 2º e 4º andar, salas 201 a 204 e 401 a 404, Jacarepaguá, Rio de Janeiro-RJ, CNPJ/MF nº 03.573.381/0001-96, NIRE 33.300.325.131, neste ato representada por seus Diretores **Carlos Gustavo Nogari Andrioli** e **Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira**, acima qualificados. **3. Mesa:** Sr. Carlos Gustavo Nogari Andrioli, Presidente e Srta. Isis Paula Cerinotti Malhaes, Secretária. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre a redução do capital social da Sociedade. **5. Deliberações tomadas por unanimidade: 5.1.** A redução do capital social da Sociedade no valor de **R$ 18.500.000,00** nos termos do artigo 1.082, inciso II, do Código Civil Brasileiro, por considerá-lo excessivo em relação ao objeto social da Sociedade, com o cancelamento de **18.500.000** quotas da Sociedade. **5.2.** Em virtude da deliberação 5.1 acima, o capital social da Sociedade será reduzido **de** R$ 231.105.887 **para** R$ 212.605.887,00; e o número de quotas será reduzido **de** 231.105.887 **para** 212.605.887 quotas. **5.3.** Registrar que os valores da redução acima aprovada serão distribuídos, em dinheiro, na proporção de sua participação no capital social, nos seguintes valores: Geração Bioeletricidade Holding S.A.; 231.105.886 Quotas; 99,9999996%; R$18.499.999,93. Tangará Energia S.A.; 1 Quota; 0,0000004%; R$0,07. **Total: 231.105.887 Quotas; 100%; R$18.500.000,00. 5.3.1.** Registrar que a sócia **Tangará Energia S.A.** manifestou sua renúncia à parcela dos lucros que lhe cabe em favor da sócia Geração Bioeletricidade Holding S.A. **5.4.** Em razão da deliberação aprovada no item 5.1 acima, a cláusula 5ª do contrato social da Sociedade passa a vigorar com a seguinte redação: "***Cláusula 5ª.*** *O capital social, totalmente integralizado e expresso em moeda corrente nacional, é de R$ 212.605.887,00 dividido em 212.605.887 quotas, com valor nominal de R$1,00 cada, assim distribuídas entre os sócios: i.* ***Geração Bioeletricidade Holding S.A.*** *(CNPJ/MF sob o nº 15.012.353/0001-89) possui 212.605.886 quotas, no valor total de R$ 212.605.886,00;* ii. ***Tangará Energia S.A.*** *(CNPJ/MF sob o nº 09.591.486/0001-54) 1 quota, no valor total de R$ 1,00.*" **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi lavrada esta ata. Rio de Janeiro, 19/07/2022. Carlos Gustavo Nogari Andrioli – Presidente da mesa; Isis Paula Cerinotti Malhaes – Secretária. **Geração Bioeletricidade Holding S.A.** (Carlos Gustavo Nogari Andrioli e Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira); **Tangará Energia S.A.** (Carlos Gustavo Nogari Andrioli e Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira).

Diário do Acionista

As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade

Tels.: (21) 3556-3030 / 96865-1628

publicidade@diariodoacionista.com.br

STF

Torres: Moraes libera visita de senadores, mas barra Flávio

O ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), autorizou 38 senadores a visitarem o ex-secretário de Segurança do Distrito Federal Anderson Torres, mas barrou a ida de Flávio Bolsonaro (PL-RJ) e Marcos do Val (Podemos-ES) porque "condutas" dos dois parlamentares são alvo de investigação em inquéritos que tramitam na corte.

"Indefiro, por sua vez, a visita dos senadores Marcos do Val e Flávio Bolsonaro, tendo em vista a conexão dos fatos apurados no presente Inquérito com investigações das quais ambos fazem parte", afirmou Moraes.

Ex-ministro da Justiça no governo Jair Bolsonaro, Torres é alvo de investigação por suposta omissão frente às ameaças de ataques golpistas em janeiro. Na ocasião, ele era secretário de Segurança do Distrito Federal. O ex-ministro está preso há três meses por determinação de Moraes.

A defesa tentou, sem sucesso, liberdade para Torres. No fim do mês passado, na decisão em que manteve a prisão do ex-ministro, Moraes disse que o quadro probatório contra Torres não se alterou e não havia razões jurídicas para sua revogação ou substituição por medidas cautelares diversas.

Ele também apontou suposta conduta omissiva de Torres na permanência do acampamento dos manifestantes no SMU (Setor Militar Urbano) e no risco gerado por ele nos atos golpistas de 8 de janeiro.

Moraes acrescentou que houve depoimentos de testemunhas e apreensão de documentos que apontaram fortes indícios de sua participação na elaboração de uma suposta 'minuta golpista' e em uma 'operação golpista' da Polícia Rodoviária Federal para tentar subverter a legítima participação popular no segundo turno das eleições presidenciais de 2022".

A minuta golpista mencionada por Moraes é uma proposta de decreto para o então presidente Bolsonaro instaurar estado de defesa na sede do TSE (Tribunal Superior Eleitoral). O objetivo era reverter o resultado da eleição em que Lula saiu vencedor. Tal medida seria inconstitucional. A apreensão do documento pela PF na casa de Torres foi revelada pela Folha de S.Paulo.

VOTO DE MINERVA

Manobra de Rosa livra Zanin de possível saia justa em ações no STF

A presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Rosa Weber, valeu-se de uma regra da corte para decidir uma ação que terminou empatada, evitando assim uma possível saia justa para o advogado Cristiano Zanin.

Como mostrou a coluna Painel, da Folha de S.Paulo, duas ações sobre a possibilidade de estrangeiros comprarem terras no Brasil terminaram num empate de 5 a 5 entre os ministros na quinta-feira passada. Foi o primeiro placar do tipo desde a saída do ministro Ricardo Lewandowski, no mês passado.

Em situações assim, é comum a corte esperar o novo ministro tomar posse para desempatar a questão. Zanin, advogado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), é o favorito para a vaga aberta.

Ele, no entanto, poderia ter de se declarar impedido caso entrasse no tribunal, uma vez que a decisão teria impacto em uma disputa bilionária entre a indonésia Paper Excellence e a J&F , para quem Zanin advoga.

Uma petição da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) apontou a relação entre as duas pautas.

Rosa Weber, que votou contra a liminar em análise, recorreu ao artigo 146 do regimento interno, que permite dar a questão por julgada de forma contrária à pretendida quando há empate por falta de um ministro. A diferença sutil entre essa norma e o chamado "voto de minerva" é que a presidente da Corte não vota duas vezes, sobrepondo-se aos demais.

Com esse desfecho, Zanin livra-se da saia justa de ter que se posicionar sobre a questão.

PANDEMIA

Lula exalta fim da emergência da Covid e culpa Bolsonaro por mortes

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) usou suas redes sociais nesta sexta-feira para exaltar o fim da emergência global de saúde da pandemia de Covid-19.

O mandatário também aproveitou para atacar e responsabilizar o seu antecessor, Jair Bolsonaro (PL), pelas 700 mil mortes no Brasil em decorrência da Covid. Lula ainda pediu para que os brasileiros sigam se vacinando, porque a "pandemia ainda não acabou".

Em suas mensagens sobre o fim da emergência sanitária da Covid-19, Lula culpou o "governo negacionista" de Bolsonaro pelo impacto a pandemia no Brasil, afirmando que metade das mortes poderiam ter sido evitadas.

"Depois de 3 anos, hoje finalmente podemos dizer que saímos da emergência sanitária pela Covid-19. Infelizmente, o Brasil passou da marca de 700 mil mortos pelo vírus. E acredito que ao menos metade das vidas poderiam ter sido salvas se não tivéssemos um governo negacionista", escreveu o presidente.

"Vidas perdidas pela negação da ciência. Por um governo que não comprou vacinas logo quando foram ofertadas ao país e incentivou o uso de remédios sem comprovação científica", completou, sobre a insistência em tratamento com cloroquina, por exemplo, sem eficácia contra a Covid.

Lula acrescentou que o fim do estado de emergência não significa que os riscos da doença tenham se exaurido. E por isso pediu para que os brasileiros sigam se vacinando contra a Covid-19.

"Apesar do fim do estado de emergência, a pandemia ainda não acabou. Tomem as doses de reforço e não deixem de ter o esquema vacinal sempre completo. E o governo federal irá incentivar a saúde, ciência e pesquisa no nosso país. Irá atuar para preservar vidas", completou o presidente.

GARIMPO ILEGAL

Queimadas caíram 96% em Terra Yanomami

PEDRO RAFAEL VILELA/ABRASIL

Levantamento divulgado pela Polícia Federal, nesta sexta-feira, aponta uma redução de 96,6% nos alertas de queimadas originados de imagens de satélite que acompanham as atividades de garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami, em Roraima, na comparação com o mês de abril deste ano com abril de 2022. No ano passado, foram registrados 444 alertas em abril e, neste ano, apenas 18 no mesmo período.

Ao longo desta semana, a PF informou que houve a destruição de acampamentos, combustíveis e maquinário encontrados na terra indígena, em locais que ainda têm garimpos em atividade, além de ter realizado diligências relacionadas aos conflitos entre indígenas e invasores, noticiados nos últimos dias.

No último dia 29, um atentado de garimpeiros contra indígenas resultou na morte de um agente de saúde yanomami e deixou outros dois feridos.

No dia seguinte, um confronto entre forças de segurança e garimpeiros ocasionou a morte de quatro invasores. As ações envolvem, além da PF, agentes da Polícia Rodoviária Federal (PRF), Força Nacional de Segurança e servidores do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

No início da semana, o Ibama informou que, desde a deflagração da Operação Libertação, para a retirada de garimpeiros da terra indígena, foram destruídos 327 acampamentos de garimpeiros, 18 aviões, dois helicópteros, centenas de motores e dezenas de balsas, barcos e tratores. Também foram apreendidas 36 toneladas de cassiterita, 26 mil litros de combustível, além de equipamentos usados por criminosos.

VIOLÊNCIA

Troca de tiros após assalto a banco termina com cinco mortos no MA

Quatro suspeitos e uma refém morreram após um assalto praticado por uma quadrilha fortemente armada a uma agência bancária em Sítio Novo, no interior do Maranhão, a 641 km da capital São Luís.

O crime ocorreu na madrugada de quinta-feira passada. A polícia fez uma perseguição, e houve troca de tiros durante a fuga dos bandidos, segundo a corporação. O confronto também deixou feridos.

Sete criminosos participaram da ação, ainda de acordo com a polícia. Eles interceptaram uma van com pacientes que fazem tratamento de hemodiálise e os fizeram reféns.

Uma das passageiras, uma mulher de 60 anos, foi baleada na cabeça durante o confronto e morreu na tarde de quinta. Ela havia sido internada na cidade de Imperatriz (MA).

Entre os feridos está uma menina de 1 ano e 7 meses. Ela foi baleada está internada em estado grave, também em Imperatriz.

No confronto, um policial militar que integra a equipe do Centro Tático Aéreo do Maranhão foi atingido com um tiro na perna e encaminhado para uma unidade hospitalar, onde se recupera.

A Secretaria de Segurança Pública do Maranhão disse, em nota, que segue em buscas na região de Sítio Novo na tentativa de prender os integrantes da quadrilha. Também anunciou que parte do armamento utilizado pelo grupo, como fuzis, pistolas e espingardas, foi apreendido. Investigações sobre a quadrilha foram abertas.

"A identidade de todos ainda está sendo confirmada. Inicialmente, os mortos foram apontados como suspeitos de integrarem a quadrilha. Um posicionamento oficial sobre este quadro será emitido somente após a identificação de todos, processo este que está em andamento", disse o governo estadual, em comunicado.

Na semana passada, três homens morreram em operação da Polícia Militar contra um grupo do "novo cangaço" no Tocantins.

20 E 21 DE MAIO

Lula confirma viagem ao Japão para Cúpula do G7

PEDRO RAFAEL VILELA/ABRASIL

O governo federal confirmou nesta sexta-feira a participação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na cúpula do G7, grupo que reúne Estados Unidos, Japão, Reino Unido, Itália, França, Alemanha e Canadá. O Brasil participará do segmento de engajamento externo, que ocorrerá na cidade de Hiroshima, nos dias 20 e 21 de maio.

"O Brasil compartilha valores que congregam os países do G7 – como o fortalecimento da democracia, a modernização econômica e a proteção do meio ambiente e dos direitos humanos – e mantém com seus membros permanente coordenação sobre temas da agenda internacional, seja de forma bilateral, seja no âmbito do G20 e de organismos internacionais nos quais o Brasil e os membros do G7 interagem", diz a nota divulgada pelo Ministério das Relações Exteriores.

O Palácio do Itamaraty também informou que, acordo com o governo japonês, além dos países do G7 e do Brasil, foram convidados para a reunião Austrália, Comores, Ilhas Cook, Índia, Indonésia, República da Coreia e Vietnã, além de representantes das Nações Unidas, do Fundo Monetário Internacional, do Banco Mundial, da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, da Agência Internacional de Energia, da Organização Mundial da Saúde, da Organização Mundial do Comércio e da União Europeia.

Esta será a sétima participação de Lula na reunião do G7. O presidente brasileiro esteve presente em seis reuniões do grupo, entre 2003 e 2009. O G7 reúne as economias mais desenvolvidas do mundo.

O governo brasileiro informou que, entre outros temas, o segmento de engajamento externo do G7 discutirá os desafios enfrentados pela comunidade internacional em temas como paz e segurança, saúde, desenvolvimento, questões de gênero, clima, energia e meio ambiente.

FRAUDE

SP registra ocorrência após sistema mostrar vacinação de Bolsonaro

CAMILA BOEHM/ABRASIL

A prefeitura de São Paulo registrou boletim de ocorrência em 9 de janeiro deste ano, após tomar conhecimento de que seu sistema mostrava vacinação do ex-presidente Jair Bolsonaro contra a Covid-19, com vacina da Janssen.

A imunização teria sido feita na Unidade Básica de Saúde (UBS) do Parque Peruche, no dia 19 de julho de 2021. De acordo com o município, apesar de haver o registro do sistema Vacivida com o CPF de Bolsonaro, a UBS nunca fez atendimento de saúde ao ex-presidente, nem recebeu o lote da vacina citado no registro. Além disso, a profissional registrada como suposta vacinadora nunca trabalhou naquela unidade.

"Chama atenção o e-mail lula@gmail.com cadastrado na ficha, o que pela data do registro levanta suspeita de ato criminoso contra o ex-presidente Bolsonaro e também o atual presidente Lula", disse a prefeitura em nota.

A Controladoria-Geral da União (CGU) informou que há uma investigação preliminar sumária (IPS) em curso, iniciada nos últimos dias do governo anterior, envolvendo denúncia de adulteração do cartão de vacinação do ex-presidente Jair Bolsonaro.

"As informações levantadas nessa IPS (casos de São Paulo e do Rio de Janeiro) foram compartilhadas com a Polícia Federal (PF), o que subsidiou a operação de quarta-feira passada", informou em nota. O processo começou a partir de um pedido de Lei de Acesso à Informação (LAI) para verificação do cartão de vacina do ex-presidente.

A CGU aguarda o fim da investigação para informar os resultados e liberar o acesso ao cartão de vacinação.

Nota

STF JULGARÁ NA PRÓXIMA SEMANA MAIS 250 DENUNCIADOS POR ATOS GOLPISTAS

O Supremo Tribunal Federal (STF) julga nesta semana denúncias contra mais 250 envolvidos nos atos golpistas de 8 de janeiro. Será o quarto grupo de investigados, totalizando 800 das 1,3 mil denúncias apresentadas pela Procuradoria-Geral da República (PGR). O julgamento virtual será iniciado na segunda-feira. Na modalidade virtual, os ministros depositam os votos em um sistema eletrônico e não há deliberação presencial. Se a maioria dos ministros aceitar as denúncias, os acusados passarão a responder a uma ação penal e se tornarão réus no processo. Eles deverão responder pelos crimes de associação criminosa armada, abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de estado, dano qualificado e incitação ao crime. Até o momento, a Corte tornou réus 300 investigados. Mais 250 estão em outro julgamento virtual que está em andamento e vai até segunda-feira. Conforme levantamento do STF, das 1,4 mil pessoas que permaneceram presas no dia dos ataques, 294 (86 mulheres e 208 homens) continuam no sistema penitenciário do Distrito Federal.

OUTONO: Dia de sol com névoa ao amanhecer. Noite com poucas nuvens. Manhã Tarde Noite 30º 20º 5% 06:15 17:25

MP-RJ

Carlos Bolsonaro recebeu R$ 91 mil em depósitos sem origem

A conta bancária do vereador Carlos Bolsonaro (Republicanos-RJ) recebeu, de 2005 a 2021, R$ 129,5 mil em depósitos em espécie, sendo a maior parte (R$ 91 mil) sem origem identificada, aponta laudo do Ministério Público do Rio de Janeiro.

Um dos créditos sem identificação do depositante, de R$ 10 mil, foi feito uma semana antes do filho do ex-presidente Jair Bolsonaro adquirir um imóvel em Copacabana, zona sul do Rio de Janeiro.

As informações constam do laudo feito pelo Laboratório de Tecnologia de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro do Ministério Público no âmbito da investigação sobre "rachadinha" no gabinete de Carlos na Câmara Municipal.

O advogado do vereador, Antônio Carlos Fonseca, afirmou que não iria se manifestar sobre o caso em razão do sigilo da investigação. "Lamento o vazamento do laudo", disse.

A investigação contra Carlos, ainda não concluída, foi aberta após a Folha revelar em 2019 a existência de uma "funcionária fantasma" no gabinete do vereador.

A Justiça autorizou em maio de 2021 a quebra de sigilo bancário de 25 servidores ou ex-servidores da Câmara, e de cinco empresas, para apurar a prática de "rachadinha". Uma das suspeitas é o uso de dinheiro vivo para dificultar o rastreamento do esquema.

De acordo com o documento, a conta bancária de Carlos no Banco do Brasil recebeu oito depósitos em espécie ao longo dos 16 anos sob investigação da Promotoria.

O maior deles ocorreu em janeiro de 2010, quando R$ 45 mil foram depositados em dinheiro vivo sem identificação do depositante.

O único com origem identificada foi o realizado em maio de 2011, quando o próprio vereador realizou um crédito em espécie de R$ 38.450 —o depositante foi identificado como "Carlos H Bolsonaro", sendo um possível erro de identificação da abreviação do primeiro sobrenome, Nantes.

A primeira entrada não identificada ocorreu em março de 2008, quando R$ 30 mil foram depositados na conta do filho do ex-presidente.

Esse crédito ocorreu num período em que Carlos realizava transferências para uma corretora de valores de São Paulo para a realização de investimentos. Contudo, os dados bancários do vereador indicam que o mesmo montante foi investido na poupança no mês seguinte.

Em 12 de março de 2009, um depósito em espécie de R$ 10 mil foi realizado, mais uma vez, sem identificação. Oito dias depois, Carlos assinou escritura para a compra de um imóvel na avenida Princesa Isabel, em Copacabana, no valor de R$ 70 mil.

Os demais quatro depósitos foram em valores abaixo de R$ 2.000, sendo dois deles, no mesmo dia, com valor de R$ 1.600 cada um.

Os depósitos em espécie guardam semelhanças e diferenças sobre fatos que levaram à denúncia contra o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) sob acusação de comandar um esquema de "rachadinha". O caso depois foi arquivado em razão da anulação das provas.

Uma das acusações por lavagem de dinheiro contra Flávio tinha como base justamente uma sequência de depósitos em espécie na conta do senador, quando ainda exercia o mandato de deputado estadual.

Flávio recebeu R$ 159,5 mil em depósitos em espécie não identificados em sua conta bancária. A diferença em relação a Carlos se dá na forma dos créditos. No caso do senador, foram realizados 83 depósitos fracionados, o que, para o MP-RJ, era uma forma de fugir da obrigatoriedade de identificar o depositante.

Um depósito às vésperas da concretização de uma transação imobiliária também foi considerado um ato de lavagem de dinheiro na denúncia contra Flávio.

A conta da mulher do senador, Fernanda, recebeu R$ 25 mil em espécie uma semana antes do pagamento da primeira parcela de um apartamento. Neste caso, o responsável pelo crédito foi identificado: Fabrício Queiroz, apontado como operador do esquema.

A acusação, no caso de Flávio, era de que esses recursos tinham como origem o esquema da "rachadinha", que circulava em dinheiro vivo entre os assessores lotados no antigo gabinete dele na Assembleia Legislativa.

O MP-RJ ainda tenta identificar se o mesmo ocorria no gabinete de Carlos na Câmara Municipal.

As primeiras suspeitas após a produção do laudo recaíram sobre o atual chefe de gabinete Jorge Fernandes, cuja conta bancária recebeu R$ 2 milhões de seis funcionários de Carlos.

A investigação, ainda não concluída, busca analisar se esse dinheiro foi repassado de alguma forma para Carlos, seja em espécie, seja por meio de pagamento de contas pessoais. Informações iniciais indicam que Jorge pagou alguns boletos do vereador.

Três anos depois

Pandemia: OMS declara fim da emergência de saúde da Covid

Após três anos e mais de 7 milhões de mortes, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou nesta sexta-feira o fim da Covid-19 como emergência em saúde pública de importância internacional. O status de pandemia, entretanto, não se altera, já que o vírus se mantém disseminado globalmente.

De acordo com a líder técnica para Covid-19 da OMS, Maria Van Kerkhove, uma emergência em saúde pública de importância internacional é definida como um evento extraordinário que constitui risco de saúde pública para diversos países em razão da disseminação global de um doença e que potencialmente exige uma resposta internacional coordenada.

"Essa definição indica que a situação é séria, repentina, pouco comum e inesperada, carrega implicações para a saúde pública que vão além das barreiras dos países afetados e pode exigir ações internacionais imediatas."

Já a pandemia acontece quando um novo vírus afeta a população global. "A ideia de declarar emergência em saúde pública de importância internacional, o mais alto nível de alerta da Organização Mundial da Saúde, é coordenar ações imediatas antes que a situação se torne ainda mais grave e potencialmente uma pandemia", explicou a líder técnica.

"No caso da Covid-19, temos ambas as situações: uma emergência em saúde pública de importância internacional e também uma pandemia. Embora o diretor-geral tenha falado na capacidade do mundo de se unir para acabar com a emergência em nível global neste ano de 2023, podemos ainda seguir com a pandemia por um bom tempo porque esse vírus está aqui conosco para ficar. O que significa que temos que tomar ações, melhorar todo o nosso sistema para podermos reduzir o impacto da covid-19 daqui para frente."

Crise

Taiwan entra em recessão, Hong Kong sai, com turistas da China

A economia taiwanesa encolheu 3,02% no primeiro trimestre de 2023, em relação ao mesmo período do ano passado, e entrou em recessão, informou a autoridade orçamentária da ilha. No trimestre anterior, a contração havia sido de 0,41%.

É o pior resultado em 14 anos da economia taiwanesa, a 21ª no mundo, e o dobro das projeções negativas de mercado.

Enquanto isso, a economia de Hong Kong, 39ª no mundo, cresceu 2,7% no primeiro trimestre, em relação ao período no ano anterior, e saiu da recessão, depois de reabrir os contatos com a China continental, pós-Covid. As projeções de mercado apontavam 0,5% de crescimento.

O resultado foi revelado pelo executivo-chefe da cidade, John Lee, durante uma entrevista coletiva nesta semana.

Taiwan e Hong Kong, ao lado de Macau e Cingapura, são parte do grupo classificado como Grande China. Seus resultados econômicos são vinculados ao desempenho do principal integrante, a China continental, segunda economia do mundo.

A autoridade taiwanesa de orçamento creditou a contração à "demanda externa fraca", sem detalhar. A agência Fitch apontou ser resultado da "fraqueza generalizada na demanda por seus produtos eletrônicos e equipamentos de tecnologia da informação e comunicação".

A consultoria ASG sublinha que caiu em todo o mundo a venda de produtos que consomem os semicondutores taiwaneses.

Para o futuro, coluna no diário financeiro Jingji Ribao comenta que a tendência chinesa de priorizar "suprimento interno" e a política americana de "nearshoring", trazer a produção para perto, "não são de forma alguma uma bênção para Taiwan".

Dado divulgado anteriormente já havia apresentado março como o sétimo mês seguido de queda em sua produção industrial, concentrada em tecnologia --com fábricas que produzem 60% dos semicondutores no mundo e mais de 90% dos mais avançados.

Segundo o grupo financeiro holandês ING, até o momento, Taiwan foi a única economia da Ásia que registrou recessão neste início de ano.

Por outro lado, relatório da S&P Global Ratings afirma ser "provável que o setor industrial de Taiwan comece gradualmente a sentir o impacto positivo da abertura da China", a exemplo de Hong Kong. "O impulso econômico deve se fortalecer ao longo do ano."

HAPPY HONG KONG

O resultado positivo em Hong Kong foi atribuído por John Lee ao "soft power" da cidade, que trouxe turistas de volta no primeiro trimestre, com a retomada pós-pandemia de eventos de repercussão mundial, como a feira Art Basel e torneios esportivos.

O governo local tem feito diferentes promoções de marketing, inclusive distribuição de passagens aéreas, por enquanto restritas aos países do Sudeste Asiático, e a redução no preço do cinema no último fim de semana, que deu início à campanha Happy Hong Kong.

"Com o rápido crescimento da economia do continente e a recuperação acelerada da capacidade aeronáutica da cidade, acredito que o segundo trimestre será melhor que o primeiro e que o desempenho econômico deste ano será melhor que o do ano passado", disse Lee.

O banco francês de investimento Natixis, com presença na cidade, avalia que o afluxo de turistas deve ajudar o setor, que foi "fortemente afetado" pelas restrições da Covid-19.

"Ainda assim, o ritmo de retomada é gradual", afirma. "O número de turistas do continente está em 60% dos níveis pré-pandemia."

O holandês ING é ainda menos otimista, analisando que um crescimento de 2,7% é "bastante lento", dada a base negativa no ano passado. Se por um lado sinaliza que Hong Kong "não está mais em recessão, também reflete como a recuperação está sem força".

As perspectivas de recessão dos EUA no segundo semestre agravam o quadro, porque a cidade é uma base para as exportações chinesas para o mercado americano. "Isso vai colocar nova pressão sobre a economia", avalia o ING.

Europa

Agenda antimigração de Meloni vira tema de nova rusga entre Itália e França

A agenda antimigração da primeira-ministra Giorgia Meloni está no centro do mais recente mal-estar entre os governos da Itália e da França. E o imbróglio desta semana levou o chanceler italiano a cancelar uma visita oficial que faria a Paris nesta quinta-feira (4).

A rusga teve início na quarta-feira passada, quando Gérald Darmanin, ministro do Interior do governo de Emmanuel Macron, disse durante entrevista a uma emissora de rádio local que Meloni foi "incapaz de resolver os problemas de migração pelos quais foi eleita primeira-ministra".

Diversos aliados da líder de ultradireita se manifestaram, sendo o mais enfático Antonio Tajani, chanceler e um dos vicepremiês italianos. "As ofensas do ministro Gerald Darmanin contra o governo da Itália são inaceitáveis. Este não é o espírito com o qual os desafios europeus comuns devem ser enfrentados", escreveu ele no Twitter.

Depois, ao jornal local Corriere della Sera, ele pressionou o francês a pedir desculpas. "Se alguém ofende de maneira gratuita, o mínimo que pode fazer é se desculpar", disse. "Neste caso, ele (Darmanin) ofendeu todos os italianos, o governo e a primeira-ministra."

Ainda durante a entrevista de quarta-feira, o ministro de Macron comparou Giorgia Meloni a Marine Le Pen, líder da direita francesa e principal opositora do presidente. "Meloni é como Le Pen, ela se elege com uma plataforma 'espere só para ver', e depois, o que vemos é que [o problema] não para; ele só cresce", afirmou.

Darmanin não se manifestou, mas o governo francês já buscou colocar panos quentes. À emissora CNews o porta-voz do governo de Macron, Olivier Véran, disse que não há nenhuma vontade de "ostracizar a Itália". "Prefiro falar da unidade europeia, a Itália é o nosso segundo principal parceiro econômico, e temos uma relação de fraternidade."

A Itália vive um novo intensificar dos fluxos migratórios, em especial os que partem da África em direção à Europa pelo Mediterrâneo. Recente relatório da OIM, o braço da ONU para migrações, mostra que, somente no fim de semana da Páscoa, em abril, 3.000 migrantes chegaram ao país, elevando o número total deste ano para 32,2 mil.

Jucerja

Abril é 2º melhor mês da história no RJ em abertura de empresas

A Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (Jucerja) registrou um total de 5.442 novas empresas abertas em abril em território fluminense. O número é o segundo maior de todos os meses de abril nos 214 anos de existência da autarquia, atrás apenas da marca de 2022, quando foram computados 5.590 novos negócios. De janeiro a abril de 2023, foram abertas 22.288 empresas.

Do total de aberturas registradas em abril, 4.897 se referem à constituição de novas empresas. Também estão incluídas 457 aberturas de filiais e 88 inscrições de transferências. Todas as categorias significam criações de novos negócios no Estado do Rio.

"Esses números comprovam que os empreendedores voltaram a confiar no Rio de Janeiro e estão escolhendo o Estado para estabelecer ou ampliar seus negócios. E novas empresas significam novos empregos e mais renda para a nossa população.

Trabalhamos continuamente para oferecer o melhor e mais saudável ambiente de negócios, e este é um dos grandes fatores que têm levado o Estado do Rio a crescer tanto", afirmou o governador Cláudio Castro.

Entre as principais atividades das novas empresas estão o setor de Serviços, combinado com as áreas de escritório e apoio administrativo (821), a atividade médica ambulatorial (744) e o comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios (633).

RSF

Pós-Bolsonaro, Brasil sobe 18 posições em ranking de liberdade de imprensa

O Brasil subiu 18 posições no ranking mundial de liberdade de imprensa publicado pela ONG Repórteres Sem Fronteiras (RSF). O país, que ocupava o 110º lugar em 2022, agora está em 92º entre 180 nações. O relatório, divulgado na quarta-feira (3), faz a ressalva de que profissionais de imprensa do Brasil sofrem de uma "violência estrutural". Por outro lado, aponta que, nos últimos meses, o país voltou a ter um "clima de estabilidade institucional", o que permite maior liberdade à atividade jornalística.

A ONG atribui a melhora à saída do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e ao início do governo Lula (PT). "No Brasil, a derrota de Jair Bolsonaro nas urnas, que atacou sistematicamente jornalistas e meios de comunicação durante todo o seu mandato, renovou as esperanças de uma volta à normalidade nas relações entre o Estado e a imprensa", escreveu a RSF no levantamento. A despeito da melhora no ranking, a organização lista alguns desafios que, na visão da ONG, permanecem: o cenário midiático marcado por uma forte concentração no setor privado, a desinformação que contribui cada vez mais para "envenenar o debate público" e o contexto político complexo, entre outros. "O presidente (Bolsonaro) fazia ataques frequentes à imprensa, mobilizando exércitos de simpatizantes nas redes sociais. Sua estratégia bem coordenada de ataques com o objetivo de desacreditar a mídia, rotulada como inimiga do Estado, continua até hoje", afirma trecho do relatório.

O levantamento da RSF menciona a morte do jornalista Dom Phillips para alertar que o Brasil é um dos países mais perigosos da região para os profissionais da imprensa. O inglês foi assassinado junto com o indigenista Bruno Pereira enquanto investigavam a pesca ilegal na terra indígena do Vale do Javari (AM).